

SIMPÓSIO AT173

PROBLEMAS DE ESCRITA NO ENSINO SUPERIOR: O CONTEXTO DOS ALUNOS DO CURSO DE DIREITO

GERMANI, Michelle Mariana Germani
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unesp, campus
de Presidente Prudente/SP
michelle_mariana@hotmail.com

SOBRENOME, Nome do coautor
Docente do Departamento de Educação da Unesp, campus de Presidente
Prudente/SP
analu.videira@uol.com.br

Resumo: As dificuldades com a escrita já atingiram o Ensino Superior. Por ocasião da pesquisa de Mestrado, tivemos como objetivo geral refletir sobre a escrita no Ensino Superior, focalizando o curso de Direito, por este curso exigir bastante o desenvolvimento da competência escritora. Entre os vários objetivos específicos elencados à época, selecionamos um recorte para este trabalho: analisar os textos produzidos por alunos concluintes de cursos de Direito, à luz dos critérios de correção de textos estabelecidos por Costa Val et al. (2009); e apresentar ações e práticas pedagógicas que os alunos consideram relevantes para aperfeiçoarem a escrita de textos. Adotamos um referencial teórico que ressalta a importância de que a análise dos textos não se restrinja à dimensão gramatical, e discute os entraves da escrita. Para as análises das produções textuais, tomamos por base as *dimensões discursiva, semântica e gramatical*. A pesquisa se desenvolveu em duas Instituições de Ensino Superior (IES), uma pública e outra privada, no interior paulista. A análise é de base qualitativa, com enfoque descritivo-analítico, utilizando-se como instrumentos de coleta de dados para o recorte estabelecido as respostas a uma pergunta de um questionário e produções textuais de alunos do 5º ano. Os resultados apontam para problemas de escrita nas três dimensões (discursiva, semântica e gramatical) em maior proporção na IES Privada, sendo expressiva a defasagem na dimensão discursiva. As sugestões dos alunos para o aperfeiçoamento da escrita são iniciativas que podem auxiliar em futuros encaminhamentos para disciplinas que enfoquem a Língua Portuguesa em cursos superiores.

Palavras-chave: Escrita no Ensino Superior; Curso de Direito; Produção de texto; Avaliação de textos.

Abstract: Difficulties with writing have already reached the Higher Education. On the occasion of the Master's research, we had as a general objective to reflect on writing in Higher Education, focusing on the course of Law, for this course requires quite the development of writing competence. Among the various specific objectives listed at the

time, we selected a clipping for this work: analyze the texts produced by students graduating law courses, in light of the criteria of text correction established by Costa Val et al. (2009); and present pedagogical actions and practices that the students consider relevant to improve the writing of texts. We have adopted a theoretical framework that emphasizes the importance of analyzing texts not restricted to the grammatical dimension, and discusses the obstacles of writing. For the analysis of textual productions, we take the discursive, semantic and grammatical dimensions as basis. The research was developed in two Higher Education Institutions (HEI), one public and one private, in the interior of São Paulo. The analysis is qualitative based, with a descriptive-analytical approach, using as data collection instruments for the cut established the answers to a questionnaire question and textual productions of 5th year students. The results point to problems of writing in the three dimensions (discursive, semantic and grammatical) to a greater extent in the private HEI, being expressive the discrepancy in the discursive dimension. The students' suggestions for the improvement of writing are initiatives that may help in future referrals to subjects that focus on the Portuguese language in higher courses.

Keywords: Writing in Higher Education; Law course; Text production; Evaluation of texts.

Introdução

Um dos desafios para a educação tem sido o de tornar os alunos proficientes e críticos na leitura e na escrita. Essa dificuldade se arrasta desde o Ensino Fundamental e já atingiu o Ensino Superior. Mesmo sabendo que as defasagens se originaram em níveis educacionais precedentes, é preciso ações que, minimamente, delineiem um diagnóstico do cenário e apontem para algumas alternativas que atenuem a problemática.

Por ocasião da pesquisa de Mestrado, desenvolvida em 2016-2017, sob orientação da Profa. Dra. Ana Luzia Videira Parisotto, tivemos como objetivo geral refletir sobre a escrita no Ensino Superior, focalizando o curso de Direito, por este curso exigir bastante o desenvolvimento da competência escritora. Entre os vários objetivos específicos elencados à época, selecionamos um recorte para este artigo: analisar os textos produzidos por alunos concluintes de cursos de Direito de duas universidades, à luz dos critérios de correção de textos estabelecidos por Costa Val et al. (2009); e apresentar ações e práticas pedagógicas que os alunos consideram relevantes para aperfeiçoarem a escrita de textos.

1. Referencial teórico



Ainda hoje, verificamos nas salas de aulas oportunidades de redação restritas e pouco reflexivas, o que tem impactado drasticamente o ensino de Língua Portuguesa, com reflexo até mesmo nas graduações. A escrita se reduz a uma tarefa mecânica, muitas vezes sem sentido, apegada principalmente aos aspectos superficiais da linguística, como questões ortográficas e gramaticais (ANTUNES, 2005).

Por outro lado, seria esperado que aquele que os graduandos, após tantos anos em contato com a língua materna, soubessem dominá-la, com capacidade de ler e compreender textos (inclusive os mais complexos), fazendo inferências, deduções, ligações, independentemente do gênero (VELÁSQUEZ, 2012).

Mesmo entre os alunos do ensino superior ainda permanece uma visão equivocada do que deve ser ensinado nas aulas de Língua Portuguesa, já que veem esse componente curricular sob o prisma das regras gramaticais, consequência da formação que tiveram, o que tem causado dificuldades na produção de textos satisfatórios. Ainda que as regras gramaticais sejam importantes, elas não devem ser o cerne do ensino do português, sob pena de se sacrificar o domínio do uso da linguagem, inclusive profissional (ADORNO-SILVA, 2006).

Endossando esta ideia, Vitória (2011) adverte para a necessidade do conhecimento e domínio real da língua e do poder de interpretação que os estudantes devem dominar. Porém, é certo que certas dificuldades não deveriam mais estar presentes entre os estudantes do Ensino Médio e Superior, pois são habilidades consideradas mínimas para o desempenho da cidadania na esfera profissional, intelectual e social (GREGÓRIO, 2006).

Durante muito tempo, as correções de textos eram exclusivamente ligadas à forma e ao uso da escrita, observando somente os padrões prescritivos. Após vários estudos, o Ceale (Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita), da Faculdade de Educação/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) reuniu em uma obra de Costa Val et al. (2009) uma visão diferenciada

sobre o que se avaliar em um texto, critérios que adotaremos em nossas análises:

Quadro 1 – Critérios adotados para a análise das produções textuais investigadas

1. Dimensão discursiva:	2. Dimensão semântica:	3. Dimensão gramatical:
1.1. Adequação temática	2.1. Relação título-texto	3.1. Coesão
1.2. Consistência argumentativa	2.2. Continuidade	3.2. Morfossintaxe
	2.3. Progressão	3.3. Paragrafação e pontuação
	2.4. Articulação	3.4. Ortografia e acentuação

Fonte: Dados organizados pelas pesquisadoras, de acordo com o estabelecido por Costa Val et al. (2019)

É sob esta perspectiva que pretendemos desenvolver o presente trabalho, analisando a escrita em suas diferentes dimensões.

2. Metodologia

A pesquisa desenvolvida foi de base qualitativa, com enfoque descritivo-analítico. Tivemos como sujeitos de nossa investigação os alunos de 5º ano do curso de Direito de duas Instituições de Ensino Superior (IES), sendo uma pública e outra privada, ambas do interior paulista, visto que nossa intenção foi analisar a proficiência na escrita dos formandos.

Utilizamos como instrumentos de coleta de dados para o recorte estabelecido as respostas a uma pergunta de um questionário e produções textuais de alunos do 5º ano. Para o presente artigo, iremos nos deter à análise de uma questão específica que aborda as sugestões dos alunos para o aperfeiçoamento da escrita em cursos superiores.

Com relação à produção textual, sugerimos o tema "redução da maioria penal" e formulamos uma proposta para que os alunos elaborassem um texto argumentativo, abordando um tema jurídico polêmico. Para as análises das produções textuais, tomamos por base as *dimensões discursiva, semântica e gramatical* (COSTA VAL et al., 2009).

Os dados foram analisados à luz da análise de conteúdo, com respaldo teórico de Bardin (2011) e Franco (2008).

3. Resultados e análises

Analisamos 23 produções textuais e 24 questionários da IES privada (uma aluna não pode concluir a produção textual), e 47 produções textuais e 57 questionários da IES pública (10 alunos optaram por responder ao questionário, mas não elaborar a produção textual). A partir daí, passamos a traçar um panorama geral.

3.1. As produções textuais dos alunos: um olhar para as dimensões discursiva, semântica e gramatical

Iniciamos a discussão ressaltando que o espaço é exíguo para esgotar os problemas das produções. Todavia, tentaremos, de forma clara e objetiva, sinalizar e exemplificar os principais problemas identificados, tendo por base os critérios de Costa Val et al. (2009).

Levando as conta as produções que obedeceram à estrutura de uma dissertação, obtivemos os seguintes resultados:

Quadro 2 – Problemas identificados e análises

Dimensão	Aspecto	Problemas identificados e análises
<i>Dimensão discursiva</i>	Adequação temática	Ainda que tenhamos identificados estruturas inadequadas, 100% das produções foram fiéis ao tema proposto.
	Consistência argumentativa	Mostrou-se mais deficiente na IES privada, com a reprodução de trechos da proposta de forma parafraseada. Além disso, verificamos muitas produções com o uso do lugar-comum, ou seja, o autor deixa de emitir sua opinião ou não deixa sua marca para se filiar às possíveis ideias de seu leitor. Por outro lado, as produções textuais dos alunos da IES pública mostraram-se com forte consistência argumentativa, trazendo elementos novos. Poucos foram os que se valeram das ideias dos textos de apoio para desenvolverem seu texto.
<i>Dimensão semântica</i>	Relação título-texto	Ainda que na proposta houvesse um espaço para a inserção de um título com alinhamento centralizado do sublinhado, no caso da IES privada, 39% dos alunos não o preencheram. Também, 17% dos investigados incluíram título em seus textos, limitando-se a escrever o mesmo que o tema solicitado: "redução da maioria penal". Já na IES pública, 46,8% não colocaram um título na produção elaborada. No que tange à relação título-texto, dentro os que inseriram um título, não houve nenhuma incoerência com a proposta.
	Continuidade	Foi identificada em todos os textos produzidos, sendo que nenhum fugiu ao assunto proposto ou se perdeu em outra temática.

	Progressão	Mostrou-se bastante comprometida em várias produções entre os alunos da IES Privada, com circularidade do assunto. Várias dissertações, principalmente dos alunos da IES privada, limitaram-se a reproduzir dados da proposta.
	Articulação	Mostrou-se ausente nos textos produzidos pelos alunos da IES privada, predominando a justaposição, como cópia da oralidade. Já as produções dos alunos da IES pública, mostraram-se mais bem articuladas, com uso correto da norma culta e conjunções adequadas.
<i>Dimensão gramatical</i>	Coesão	Os aspectos coesivos mostraram-se precários entre as produções dos alunos da IES privada, predominando o encadeamento de frases e repetições não funcionais (dificuldades de realizar substituição gramatical, lexical e elipse) e violação da máxima do antecedente. Por outro lado, entre os alunos da IES pública, o uso de conectores foi mais efetivo e exitoso. Os modalizadores linguísticos e os operadores argumentativos foram bem utilizados por todos os alunos.
	Morfossintaxe	Vários problemas foram verificados nas produções dos alunos da IES privada, comprometendo o sentido e a compreensão. Problemas de concordância verbal e nominal, bem como dificuldades no uso de crase, também foram localizados nas dissertações, sendo mais frequentes entre os alunos da IES Privada. Equívocos de regência verbal ou nominal e de colocação pronominal não foram comuns.
	Paragrafação e pontuação	Problemas sérios de pontuação foram mais recorrentes entre os alunos da IES privada, dando ao texto sentido oposto, incompleto ou ambíguo. Constatamos casos de ausência ou excesso de pontuação no comprometimento do sentido do texto.
	Ortografia e acentuação	Ainda que a escola se fixe basicamente nestes aspectos do ensino da escrita, muitos foram os problemas encontrados, sendo que foram mais constatados nos alunos da IES privada. Por outro lado, escrever corretamente, sem erros de ortografia e acentuação, não garante um bom texto se faltar consistência argumentativa.

Fonte: Dados organizados pelas pesquisadoras, de acordo com o estabelecido por Costa Val et al. (2019) e os resultados obtidos.

Foi possível evidenciar que, entre as produções textuais dos alunos da IES privada, a recorrência de problemas na escrita nas três dimensões foi maior. Uma das possíveis justificativas para as dificuldades diagnosticadas é que esses graduandos são oriundos predominantemente do ensino público, o qual atravessa sérios problemas para vencer o fracasso escolar.

3.2. A voz dos alunos: as sugestões propostas pelos investigados para que a escrita seja melhor desenvolvida no Ensino Superior

Questionados quanto às *ações eficazes para práticas de escrita*, na IES Privada, obtivemos dos alunos pesquisados respostas de diferentes categorias, porém todas voltadas para a necessidade de: mais práticas de leitura e escrita, maior número de provas dissertativas, desenvolvimento de mais peças jurídicas, abordagem de regras de ortografia e gramática, e realização de mais interpretação de textos (com linguagem técnica jurídica). Foi ressaltado também que as iniciativas deveriam ocorrer desde o início do curso, e que os trabalhos e as peças fossem manuscritos.

Já os alunos da IES Pública também sugeriram diversas ações: realização de estágios desde o início do curso; *feedback* do que produzem para o Núcleo de Práticas Jurídicas; incentivo por parte dos professores de mais discussões e debates em sala de aula; maior número de provas dissertativas; mudanças nos critérios de avaliação de provas dissertativas, incluindo aspectos da escrita; aulas de escrita e argumentação; promoção de uma escrita que não seja somente para fins jurídicos; ensino de coesão e coerência; conscientização dos docentes de que a responsabilidade para a melhoria da escrita dos alunos é de todos os professores; elaboração de peças processuais e dissertações; incentivo a mais leituras (inclusive na modalidade deleite); disponibilização de uma disciplina que aborde gêneros textuais acadêmicos (resumos e fichamentos); estudos de mais jurisprudências, para dar segurança ao escrever; oferta de aulas de português, inglês e latim jurídico.

Os graduandos também sinalizam que a leitura é escassa. Fischer (2011, p. 54) explica-nos sobre os problemas que isso pode gerar, pois "a não valorização de práticas de leitura [...] tem levado os alunos, sobretudo, à reprodução de informações dos materiais disponibilizados pelos professores".

Considerações finais

Entre as produções textuais que analisamos, notamos como as dificuldades de escrita ainda se fazem presentes entre os graduandos, em todas as dimensões. Ficou evidente que as relações estabelecidas com a língua materna em níveis precedentes de ensino impacta profundamente a

escrita atual dos alunos de graduação. Para a maioria dos alunos da IES privada, possivelmente, a escrita foi trabalhada de forma descontextualizada.

As sugestões dos alunos para uma melhor escrita no Ensino Superior são válidas, e já apontam para que se compreenda a importância de se criar estratégias de refinamento da escrita. Tal tarefa deve ser responsabilidade de todos os professores, de qualquer disciplina, em qualquer curso.

Referências

ADORNO-SILVA, Dulce Adélia. O ensino da língua portuguesa na universidade: o discurso e a técnica. In: GHIRALDELO, Claudete Moreno. **Língua portuguesa no ensino superior: experiências e reflexões**. São Carlos/SP: Claraluz, 2006, p. 93-102.

ANTUNES, Irandé Costa. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo/SP: Parábola Editorial, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo/SP: Edições 70, 2011.

COSTA VAL, Maria da Graça et al. **Avaliação do texto escolar: professor-leitor/aluno-autor**. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora/Ceale, 2009.

FISCHER, Adriana. Práticas de letramento acadêmico em um curso de Engenharia Têxtil: o caso dos relatórios e suas dimensões escondidas. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 15, n. 28, p. 37-58, 1º sem, 2011.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília/DF: Liber Livro Editora, 2008.

VELÁSQUEZ, Vanessa Cristina Zerbinato. A importância da prática do letramento no ensino superior para a prova da OAB. **Virtù: Direito e Humanismo**. Brasília/DF, ano 2, n. 5, v. 1. jan.-abr. 2012.

VITÓRIA, Maria Inês Corte. Qualidade do ensino superior e escrita. In: FRANCO, Maria Estela Dal Pai; MOROSI, Marília Costa (org.). **Qualidade na educação superior: dimensões e indicadores**. Vol. 4. Porto Alegre/RS: EDIPUCRS, 2011. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/qualidadedaeducacaosuperior4.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2019.